

## MEMÓRIAS E TRAJETÓRIAS DO CORPO NEGRO

**Autora: Ivanilde Guedes de Mattos<sup>1</sup>**

### RESUMO

Desde o seu surgimento no Brasil, início do século XIX, a Educação Física esteve comprometida com o poder dominante, inicialmente com a finalidade de higienização dos corpos. Aplicada nas escolas, adotava métodos ginásticos europeus de sistematização de ensino disciplinar e mecânico, com critérios rígidos oriundos das ciências biológicas. Tendo início no Brasil através de processos seletivos, classificatórios, discriminatórios e excludentes, a Educação Física escolar desconsiderou, durante muito tempo, a idéia de corpo como revelador de atitudes e comportamentos pessoais e expressivos de especificidades culturais.

### INTRODUÇÃO

Na perspectiva da construção de uma breve história do ensino da Educação Física, não cabe apenas uma periodização das mutações sofridas por essa área, analisando apenas o aspecto didático-pedagógico e suas transformações em função das sociedades modernas. Traçar esse paralelo discursivo nos permite transcender a esse passado através do ensino da Educação Física e sua relação com os corpos dos negros.

Torna-se imperioso rever a história desses corpos que, na contemporaneidade, seguem sendo discriminados a partir de uma concepção que retrata o corpo negro como subalterno e inferior. Como sabemos, os negros brasileiros são descendentes de africanos trazidos para o Brasil através do tráfico negreiro. Hoje, nos reconhecemos como afro-descendentes ou afro-brasileiros. Entretanto, por qualquer que seja a nomenclatura atual, isso não diminui a tragédia de origem dessa história, da memória dos nossos ancestrais negros, trazidos nos porões dos navios, amontoados, humilhados, açoitados, tratados como animais, como se fossem corpos sem alma, corpos sem dor.

<sup>1</sup> Doutoranda Cotista da Pós Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia-UNEB; Docente do curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS; Líder do Grupo de Pesquisa FIRMINA Pós Colonialidade, educação e ações afirmativas; membro da comissão de Ações Afirmativas da UEFS; Pesquisadora da rede de estudos Africanos e da Diáspora-READI. Autora do Livro Estética Afirmativa: corpo negro e educação física. bolsista CAPES.

Tratados como mercadorias, os corpos negros dos africanos que passaram a ser escravizados eram minuciosamente examinados nos mercados de escravos. Os corpos dessas pessoas, antes de serem colocados à venda como objetos, recebiam banho de óleo para que ficassem brilhantes, ressaltando-lhes o porte físico. Segundo Costa(1998,p.93):

Havia uma série de preconceitos a respeito dos estigmas físicos que permitiriam, segundo a opinião pública, distinguir o bom do mau escravo [...] desaconselhava os cabelos crespos em demasia, testa pequena ou baixa, olhos encovados e orelhas grandes, indícios em geral de mau caráter. Também não recomendava o negro de nariz muito chato, ventas muito apertadas, pois dizia que essa disposição prejudicava a respiração, não permitindo a saída livre do ar.

A trajetória histórica dos corpos negros a partir da escravidão revela como e quanto sofreram esses negros ao deixarem para trás suas comunidades, padecendo com a separação de seus familiares e sendo vendidos nos mercados para diferentes “senhores”. A história do povo negro é carregada de emoção e revolta. É preciso destacar, contudo, que os africanos e seus descendentes nunca se conformaram diante da condição de escravos. Os negros, em sua maioria, se rebelaram, lutaram e sofreram com castigos dos mais variados requintes de crueldade, resultantes das fugas e das desobediências.

Hoje, filmes, novelas, livros e muitas outras obras tentam contar essa história<sup>2</sup>. Contudo, as marcas do chicote, os castigos e as humilhações que se deram por conta da dominação das elites não se encerraram com o fim da escravidão, pois são marcas concretas no corpo negro, marcas estas que hoje podem ser reconhecidas pelo olhar da discriminação que as mantêm vivas, enquanto mecanismos de opressão e dominação.

<sup>2</sup> Um dos objetivos que compõem uma série de alternativas e reivindicações do povo negro é a priorização de publicações e traduções de obras de autores negros cujas produções vêm causando repercussão e reconhecimento por parte da academia. Destacamos o diretor de cinema Spike Lee, reconhecido pelos filmes *Faça a Coisa Certa* (1989), *Febre da Selva* (1991) e *Malcolm X* (1992), pela forte conceituação que o mesmo alcançou no cenário hollywoodiano, levando para as telas a história de luta e libertação do povo negro. Assim também os cineastas nacionais: Joel Zito, com o filme *A negação do Brasil* (2000); Paulo Caldas e Marcelo Luna, com *O Rap do Pequeno Príncipe Contra as Almas Sebosas* (2000).

## 1. HIGIENISMO E EUGENISMO: ASSEPSIAS E MÉTODOS RACISTAS

Com preocupações de toda ordem, as elites brasileiras tinham em comum o objetivo de frear o que consideravam os impulsos da promiscuidade e do sexo fora do casamento. Essas preocupações, de fundo moral, na verdade, foram recursos utilizados para assegurar o patrimônio das famílias, pois as elites se empenharam arduamente para que não houvesse a mistura entre raças, sobretudo entre brancos e negros, filhos fora do casamento ou qualquer outra situação fora de controle, que terminasse por um desvio da herança das ricas famílias. Essa preocupação foi acirrada com o fim da escravidão, pois acumulava o risco de possíveis relações interétnicas, o que, definitivamente, deveria ser evitado, pois resultaria em mistura de raças. Naquele momento do século XIX, o Brasil vivia uma nova fase, que implicava na confirmação do domínio da elite branca.

A necessidade de uma política de regulação e separação dos corpos promovida no fim da escravidão transfere para a instituição médica a função de proteger a sociedade, cultivando novos hábitos de saúde, em contraposição à falta de higiene dos velhos hábitos coloniais e, ainda, como controle sobre uma possível mistura das raças. Segundo Costa (1983, p.28), o destaque da Medicina se deu porque, desde o início do século XIX, a classe médica, astutamente, observou uma possibilidade de autonomia política e administrativa, pela fragilidade e ingerência do poder jurídico-policial no controle das condutas sociais, visto que as penalidades não eram suficientes para frear a criminalidade e a desordem instituídas no espaço urbano. Dentre os papéis exercidos pelo saber médico pode-se dizer que, politicamente, este foi um momento oportuno “para a medicina dar um largo passo em direção à sua independência, assumindo a tarefa de administrar a saúde da população”.

No intuito de colaborar com a estabilidade de uma nova ordem social, com preocupações voltadas para a higienização da população, a classe médica se apropriou dos métodos assistencialistas e sanitaristas para adotar medidas de separação dos corpos em função das grandes epidemias que proliferavam. Costa (1983, p.28) afirma que a Educação Física higienista (séc. XIX), através

de um modelo corporal saudável e harmonioso, colaborou substancialmente para o preconceito e a discriminação ao corpo negro.

A Medicina se utilizou da Educação Física enquanto área que trata do movimento humano no qual se investiu fortemente através de políticas públicas de regulação social que tem o corpo como um instrumento a ser disciplinado, docilizado e intencionalmente discriminado, para deflagrar os movimentos higienistas. O conjunto de medidas adotadas pelas políticas higienistas assumem o caráter discriminatório, quando culminam com o fim da escravidão, passando a ser esse o período de maior incidência de desordem, resultado da falta de uma política de responsabilidade para com os negros libertos. Sendo assim, a Medicina, através de representantes eugenistas, surge como autoridade legítima, impondo as novas normas, regras e sanções em nome do Estado.

As elites se uniram com o objetivo de impor as medidas de saúde à população, medidas que representavam, também, o discurso da ideologia branca que fez do preconceito racial um elemento constitutivo da consciência de classe burguesa, utilizado como estratégia para manter a superioridade biológica do corpo (forte, branco, sadio).

O corpo negro passou a ser um corpo discriminado socialmente enquanto corpo livre. Idealizado como modelo de beleza e de superioridade, a raça branca é forjada pelos eugenistas enquanto ideal de beleza a ser incorporado pelas elites.

Foucault (1975), assinala que o poder sobre os corpos sempre esteve a favor das classes dominantes e, a partir do século XVII, este poder ganhou força quando instalado sob a forma de disciplina nos quartéis, nas escolas, nos hospitais. Apesar das formas de regulação teorizadas por Foucault serem anteriores ao período pós-abolicionista, avaliamos que é no século XIX, dentre outros fatores, inclusive através da Educação Física higienista, que se instala o biopoder na sociedade brasileira.

Diwan e Ramos (2002), em seus estudos, mostram como se deram as construções de grupos organizados, com o fim da escravidão no Brasil, os quais, na época, investiram politicamente em ações voltadas para uma nova concepção de sociedade, através de novos conceitos e valores idealizados por

intelectuais que se julgavam representantes da nação. Destaco, então, o médico Renato Khel<sup>3</sup>, eugenista, psicólogo, diretor do Boletim de Eugenia e discípulo de Francis Galton<sup>4</sup>, que se tornou um dos maiores divulgadores da eugenia no Brasil. Segundo Ramos (2002,p.292), o referido médico

[...] fazia parte da geração de intelectuais, políticos, educadores, religiosos, juristas, artistas, jornalistas, antropólogos, médicos, psicólogos das décadas de 1920 e 1930, que investiram no discurso eugênico como estratégia para dar uma feição à nação brasileira.

Khel criou uma rede de relações com representantes das várias áreas do conhecimento a fim de desumanizar o corpo imperfeito. Diwan e Ramos (2002) evidenciam, em seus estudos, a tríade formulada pelo Khel: Civilizado, Belo e Saudável. Foram esses os conceitos utilizados para fomentar uma nova ordem política e social, por um grupo entusiasmado com o futuro de uma nova nação que pudesse ser construída sobre os alicerces da suposta idéia de perfeição de uma raça que perpetuasse o sonho europeu em solo brasileiro.

Nas reflexões de Diwan (2002) sobre Khel, foi possível perceber o mapeamento das diversas ações contra os corpos que se diferenciavam das anteriormente aplicadas nos séculos XVIII e início do século XIX como, por exemplo, classificar de monstros aqueles que não se assemelhassem aos normais, associando pobreza e violência. Percebe-se que a medicina se manteve à frente enquanto poder da manutenção e controle dos corpos sociais. Foucault (1975) contribui na análise dessas vertentes, traduzindo o sentido da manutenção dessa dimensão corporal que domina e conduz os sujeitos à refração dos impulsos e dos sentidos. O pensamento do autor referencia a idéia proposta pelo eugenismo em extirpar qualquer possibilidade de aproximação dos feios, o que indiretamente evitaria os casamentos indesejáveis.

Em decorrência dessas ações, é no corpo que se verificam as noções de urbanidade, de trabalho e de desenvolvimento, pois ao vislumbrarem a

<sup>3</sup>Renato Khel, médico, empenhou grande parte de sua vida na divulgação da eugenia (KHEL apud DIWAN,2002, p.424)

<sup>4</sup>Francis Galton utilizou um novo método científico para provar que as diferenças mentais são hereditárias e que dependem da mesma ordem de fatores dos quais dependem as diferenças de estatura. Galton desenvolveu o método das correlações (SOARES, 1994, p.23).

formação de uma sociedade organizada para a elite, propostas higiênicas foram potencializadas como seguras e eficazes.

Diwan (2002) mostra que, para Renato Khel, um dos caminhos para a cura da fealdade é o embelezamento, e os padrões recomendados são baseados na forma física dos gregos. Algumas medidas foram tomadas para a cura da fealdade no Brasil; nesse caso, adotou-se uma reconfiguração que diferenciou os mestiços dos negros. Separando-os em bons e maus mestiços “seria possível aplicar as leis da perfectibilidade<sup>5</sup>, a fim de alcançar o padrão de beleza ou uma estética do corpo comparável aos dos civilizados” (RAMOS, 2002, p.293). O processo de embelezamento da raça brasileira, nesse caso, passou a incorporar os sujeitos de pele menos escura, cujos métodos higiênicos utilizados como medidas profiláticas ajudariam este corpo a adquirir formas próximas do ideal branco e europeu.

Compreende-se, a partir dessa afirmação, a existência de um caráter de segregação racial impedindo os corpos negros de inserção nos espaços públicos e privados enquanto cidadãos ou restringindo-os aos fundos de belas fachadas (bairros nobres). Segundo Ramos (2002, p.296), “é o corpo que estrutura as narrativas do espaço, selecionando, saltando, agrupando, criando limites, barreiras e fronteiras”.

Historicamente, o eugenismo contribuiu para a formação de discursos ideológicos de fundo racista, propondo idéias de relacionar a fealdade a tudo que não fosse belo<sup>6</sup>. Ao adotar certas características consideradas atributos de beleza e nela prevalecer o modelo grego, certamente, os negros se enquadram no conceito de fealdade segundo a proposta eugênica. Se o ideal de beleza e saúde tem como modelo o imaginário “branco”, torna-se, portanto, muito difícil reverter o estigma imposto aos negros.

Soares (1994, p.23), que realiza estudos sobre a influência da Europa no ensino da Educação Física, considera que o eugenismo teve por base os estudos de Francis Galton, que defende a tese de as desigualdades sociais

<sup>5</sup> Segundo Ramos, a lei da *perfectibilidade* individual passa a ser vista, então, como parte da *perfectibilidade* da espécie humana, o que trouxe no seu bojo o princípio da futura teoria racial [...] classificação da humanidade em raças superiores e inferiores.

<sup>6</sup> Renato Kehl diz que a eugenia considera beleza a normalidade, normalidade esta somática, psíquica e moral.

serem “naturais”. A autora ressalta que a eugenia ousou ser a ciência capaz de explicar biologicamente a humanidade, colocando uma ênfase exacerbada na raça e no nascimento. Afirma, ainda, que a Educação Física esteve a serviço dos ideais eugênicos, colaborando para a análise de ideologias racistas, aplicadas a partir do final do século XVIII, para que a classe dominante pudesse manter o domínio sobre os negros, com o fim da escravidão no Brasil.

Fundamentados em bases etnocêntricas e evolucionistas, os julgamentos de inferioridade aplicados aos povos africanos e seus descendentes legitimaram o racismo, as desigualdades sociais e culturais. Resultado desses processos foi a condição subalterna atribuída aos negros e negras. Tais condições impostas pelas classes dominantes ainda hoje são predominantes, e uma das formas mais sutis surge através do estereótipo que, segundo Silva (2005,p.17),

[...] a complexidade do outro é reduzida a um conjunto mínimo de signos: apenas o mínimo necessário para lidar com a presença do outro sem ter que se envolver com o custoso e doloroso processo de lidar com as nuances, sutilezas e profundidades da alteridade.

As políticas higienistas e eugenistas embasaram várias medidas de segregação racial. Uma delas, por exemplo, se efetivou através da estruturação do espaço geográfico, limitando as áreas de confluência entre os corpos considerados belos e saudáveis e a plebe rude, com seus corpos maltrapilhos e doentes. Provavelmente, a formação dos bairros foi pensada politicamente para a separação higiênica e social, afastando desta forma a pobreza para bairros distantes.

A reflexão acima remete a uma outra problemática, que é o crescimento das cidades, a aventura desorientada de povos que são forçados a abandonar seu habitat ancestral. Mattos (1999,p.30) relata que, já na segunda metade do séc. XIX, a sociedade vivia em um processo de transição no mundo do trabalho, quando:

[...] a escravidão entra em crise definitiva. A emergência de uma nova concepção de urbanidade civilizada faz com que as populações negras apareçam como uma diferença cultural, que, agora, não pode mais ser contida dentro dos limites hierarquizados do sistema de dominação escravista.

Mattos, que tem estudo pautado nos aspectos sociais vivenciados pelos ex-escravos e o modo como se processou sua inserção no mundo do trabalho,

ressalta que esses não dominavam a escrita e, muito menos os hábitos do cotidiano branco. Portanto, os negros tiveram que se adaptar aos sistemas locais para sobreviver; muitos optaram por continuarem nas antigas fazendas, com contratos arranjados entre seus antigos donos. Aqueles que dominavam alguma habilidade, como a marcenaria, carpintaria, etc., passaram a sobreviver de “bicos”, ou seja, trabalhos esporádicos.

Siqueira (2002,p.78) lembra que no período colonial os impedimentos de mobilidade corporal dos africanos refletiram na falta de capacidade desses sujeitos para se ajustarem ao sistema do mundo livre, do trabalho livre, do responsabilizar-se por si.

Todos esses processos acumulam marcas profundas de discriminação para com o corpo negro, ao longo da história da sociedade brasileira, que internalizou certos preconceitos a partir da lógica eurocêntrica, em favor da dominação da elite branca, que passava a achar natural que o negro fosse considerado cultural e intelectualmente inferior; esteticamente feio e, socialmente, sujo e incivilizado.

Essa perspectiva histórica é relevante para a compreensão de que a cultura do corpo/movimento se consolidou conjuntamente com o processo de formação de nações modernas, constituídas por uma classe social dominante, empenhada em disciplinar e fortalecer corpos para serem explorados como força de trabalho (SIEBERT,1995).

## 2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O discurso capitalista, integrado às doutrinas reguladoras do corpo, surge na modernidade, através da industrialização da produção, criando novos ambientes humanos. Neste caso, conseqüências da nova ordem mundial fazem com que cidades cresçam desordenadamente. E a população negra é, cada vez mais, distanciada dos centros de poder e de decisões, sendo anulados os movimentos corporais, as presenças morais do cenário político, cultural e social, que mascara um bem estar racial, pregando o ideal da democracia racial.



### 3- REFERÊNCIAS

- COLETIVO DE AUTORES, Metodologia do ensino da educação física. São Paulo: Cortez, 1992.
- COSTA, Emília Viotti da. Da senzala à Colônia. 3. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- DIWAN, Pietra S. Do feio ao belo: os caminhos da desumanização. Projeto História, São Paulo, n.25, Dez. p.423-433, 2002.
- MATTOS, Ivanilde Guedes de. Memórias e Trajetórias: Educação Física e o corpo negro. Jornal Espaço Plural (Unioeste), v. 1, p. 04-07, 2006.
- MATTOS, Wilson Roberto de. Negros contra ordem: resistências e práticas de territorialização no espaço de exclusão social- Salvador-BA (1850-1888). Tese (Doutorado). PUC/SP, 1999
- RAMOS, Maria Bernadete. Perfectíveis corpos-corpo e nação: territorialidades imponderáveis In PROJETO, História. Corpo & Cultura: Rev. do Programa de Estudos Pós- Graduados em História e do departamento de História. São Paulo. nº25, Dez. 2002.
- SIEBERT, Raquel S. de. As relações de saber poder-poder sobre o corpo. In: ROMERO, Elaine. Corpo, mulher e sociedade. Campinas. São Paulo. Papyrus, 1995.
- SILVA, Ana Célia da. A desconstrução da discriminação no livro didático In: Superando o racismo na escola. 2ª edição revisada/ Kabengele Munanga, organizador. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- SOARES, Carmen L. Educação Física: raízes européias e Brasil. Campinas . São Paulo: Ed. Autores Associados, 1994